

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

-----	ORDEM DO DIA	-----
-----	PROPOSTAS	-----
-----	INFORMAÇÕES	-----
-----	1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	-----
-----	1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA	-----
-----	1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.	-----
-----	1- NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL --	-----
-----	NO PAUL DE ARZILA.	-----
-----	O Presidente da Câmara propôs como representante da Câmara Municipal no Paul de Arzila, o Vereador do Pelouro do Ambiente, José Ferreira Marques, podendo ser substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado.	
-----	O Presidente da Câmara também informou, que naquele dia, pelas catorze horas e trinta minutos iria estar nesta Câmara Municipal, o representante do Instituto de Conservação da Natureza, o qual lhe tinha enviado uns documentos sobre a reserva do Paul de Arzila e que ao mesmo tempo, vinha trocar impressões com os membros representantes da Câmara Municipal. Esta reunião, tinha como objectivo colocá-los ao corrente do modus faciendi, com que gerem o processo, que reuniões, que periodicidade das reuniões, competências e apoio consultivo a ser dado pela Câmara Municipal.	-----
-----	Pensava que havia aspectos importantes correlacionados com a preservação do Paul, tanto do ponto de vista ambiental, como também nalgumas obras que se deveriam executar, pois eram imprescindíveis, nomeadamente na margem esquerda a construção da via rápida que faria a ligação com Montemor, pretendendo que fosse desenvolvida com a máxima celeridade que a própria Autarquia viesse a tomar uma posição clara naquela matéria. Por outro lado é de máxima importância a definição do futuro perímetro urbano da Freguesia de Pereira e alguns condicionantes que deverão ser observados em futura revisão do PDM.	-----
-----	A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.	-----
-----	Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.	-----
-----	1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	-----
-----	1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA	-----
-----	1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.	----
-----	1- RESTITUIÇÃO DE GARANTIAS E DEPÓSITOS DE REFORÇO	
DE		
-----	CAUÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PRÉ-	
-----	PRIMÁRIA DE MEÃS.	-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

----- Foi presente uma informação dos Serviços, acompanhada do Auto de Vistoria da empreitada de garantias e depósitos de reforço de caução da empreitada de construção, da escola Pré-Primária de Meãs, no qual se atesta que a obra se encontra executada nas devidas condições e não apresentam quaisquer deficiências, não havendo por isso inconveniente no cancelamento das garantias bancárias e restituição dos depósitos de reforço de caução, à firma José Maria dos Santos e Santos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e considerando o disposto no número um do artigo duzentos e dez, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três, de dez de Dezembro, deliberou por unanimidade autorizar o cancelamento das garantias bancárias e restituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada de construção da escola Pré-Primária de Meãs. -----

----- 1.2.2 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- LICENÇAS DE CONDUÇÃO - MARCAÇÃO DE DATA DE EXAMES. -----

----- Foi presente uma informação dos serviços, acompanhada de uma circular da Direcção-Geral de Viação, sobre a avaliação de candidatos a condutor de ciclomotores e motociclos de cilindrada igual ou menor de cinquenta centímetros cúbicos, no sentido de possibilitar a realização das respectivas provas no Concelho de residência. -----

----- Assim torna-se necessário que a Câmara delibere, no sentido de marcar qual o dia da semana para prestação de provas, com uma periodicidade mensal, a fim de se oficiar à Direcção Geral de Viação a dar conhecimento desse facto. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, que fosse fixada a última Segunda-feira de cada mês, adiada para o dia consecutivo, caso aquele dia coincidisse com feriado, ou surgisse qualquer outra situação. -----

----- Mais deliberou que fosse disponibilizado o lugar da feira, a zona de estacionamento e a zona junto do Parque de Campismo, adequando também a disponibilidade de um funcionário, que dará o apoio necessário aos referidos exames. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

----- 2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO -----
 ----- DE UMA MORADIA UNIFAMILIAR, NUM TERRENO SITO EM --
 ----- MORRAÇA, FREGUESIA DE TENTÚGAL, REQUERIDO POR -----
 ----- ISABEL MARIA RODRIGUES MATIAS - PROCº Nº 6/01. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa saber da possibilidade da requerente poder construir uma moradia, num terreno sito em Morraça, da Freguesia de Tentúgal, descrito na respectiva matriz predial rústica sob o artigo oito mil seiscientos e trinta e sete, com a área total de dois mil quinhentos e quinze metros quadrados.-----

----- Na sequência da análise efectuada ao pedido, no âmbito do número um do artigo catorze do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um de quatro de Junho, os serviços foram de opinião que o pedido devia ser presente em reunião de Câmara para emissão de parecer favorável, com as condições e parâmetros de edificabilidade conforme informação/parecer técnico número vinte e um barra dois mil e dois que consta como documento anexo à presente acta sob o número um.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia para construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Morraça e freguesia de Tentúgal, requerido por Isabel Maria Rodrigues Matias, com as condições e parâmetros de edificabilidade apontadas pelos serviços.-----

----- Mais deliberou por unanimidade que seja notificado o requerente, nos termos legais, da decisão da Câmara Municipal.-----

-----3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1- ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ELECTRIFICAÇÃO DE ZONAS -----

----- URBANAS: ZONA HISTÓRICA DE MONTEMOR-O-VELHO - REDE -----

----- DE B.T. -----

-----ORÇAMENTO DA E.D.P. -----

----- Foi presente um orçamento da EDP, S.A. para levar a efeito a instalação de cabos eléctricos na obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dois.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Aprovar o orçamento apresentado e consequentemente o seu pagamento à EDP, S.A., no montante de seis mil quatrocentos e cinco euros e quatro cêntimos (um milhão e duzentos e oitenta e quatro mil e noventa e seis escudos) acrescido de IVA à taxa legal. ---

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

----- 3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

----- 3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

----- 1- REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSSELHA FASE
A

----- (REDES) - PARTE. -----

-----ACTA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS -----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número três. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o processo baixe à Comissão de Análise para o devido seguimento. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSSELHA FASE
B

----- (ETAR) - CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO. -----

-----RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de trinta e um de Outubro do ano de dois mil e um, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quatro. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro dizendo que, não tinha conhecimentos técnicos, mas em termos processuais, julgava que, no último período de campanha tinha sido criticado fortemente a metodologia que o anterior Executivo usou em relação à adjudicação das obras. Esse era um dos aspectos que tinha sido sempre relevante. -----

----- Por tal facto, gostaria de ter acesso prévio aos relatórios de análise das propostas, para que, quando chegasse ao momento de os aprovar tivesse alguma informação acrescida sobre o assunto. -----

----- Mais disse que, poderia não ter qualquer conhecimento técnico sobre o assunto, mas, poderia solicitar, eventualmente, em momentos oportunos, algum parecer ou algum tipo de opinião que o ajudasse a decidir em consciência. E isso, para que, não viesse a ser conivente, com situações que mais tarde pudessem vir a ser apontadas. Não falava apenas naquele caso, falava em termos gerais, porque uma das coisas que tinha sido apontada era que a Câmara de Montemor, tinha uma pontaria fantástica, para escolher quem

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

normalmente não cumpria. Gostaria de, em consciência, não partilhar, nem ser cúmplice desse tipo de decisões. -----

----- Após estes considerandos, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Ser sua intenção adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma José Marques Grácio, Limitada, pelo montante de cento e vinte e cinco milhões oitocentos e setenta e oito mil setecentos e cinquenta e um escudos, acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- Dois – Fazer a audiência prévia aos restantes concorrentes nos termos do artigo cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----3- REDE DE ESGOTOS DE MONTEMOR-O-VELHO - FASE A -----

----- (REDES) + FASE B (ETAR).-----

----- -PROGRAMA DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO--

----- Foi presente o Programa de Trabalhos e Cronograma Financeiro em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número cinco. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

-----1 EXPOSIÇÃO MONTEMOR E O RIO. -----

----- O Vereador do Pelouro informou que, tinha havido um lapso no agendamento do presente ponto, pelo que propunha a rectificação do mesmo pois onde se lê: Exposição Baixo Mondego Brasil" deverá ler-se: Exposição "Montemor e o Rio".-----

----- Informou também que a exposição sobre "Montemor e o Rio", iria decorrer na Igreja da Misericórdia de Montemor-o-Velho, indo estar aberta ao público e à população escolar, no período compreendido entre vinte e quatro de Janeiro e vinte e quatro de Fevereiro, pelo que propunha a aquisição do seguinte material: material de Divulgação, no valor de dois mil cento e cinquenta e nove euros e setenta e nove cêntimos; Material eléctrico, no valor de cento e quarenta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos; Transporte dos alunos, no valor de mil e cem euros; Material vário, no valor de duzentos e vinte e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

-----Seguidamente interveio o Presidente da Câmara para dizer que, também era um simbolismo e uma forma clara que tinham encontrado para não esquecer a data de, "**vinte e sete de Janeiro**", talvez o dia mais nefasto do ano transacto, deste Concelho. Não o queriam deixar passar, e também, não queriam continuar com uma leitura miserabilista e de condenação, que nessa fase, muitas das freguesias e muitos lugares do nosso Concelho sofreram. De qualquer maneira, também tinham que deixar alguma história e lembrar aquela data, porque, ela hoje era um marco decisivo de muitas das coisas que não gostariam de ver repetidas, mas que, na realidade, tinham existido e que tinham feito sofrer muita gente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Vereador do Pelouro. -----

----- **2- BIBLIOTECA MUNICIPAL - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO** -----
 ----- **(SOLAR DOS ALARCÕES).** -----
 ----- **-ACTA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS.** -----

----- Na sequência do acto público do concurso da empreitada em epígrafe, foi presente a respectiva acta, bem como o relatório elaborado nos termos do número cinco do artigo noventa e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, que ficaram como documentos anexos à presente acta sob o número seis. -----

----- O Vereador Victor Camarneiro pronunciou-se dizendo que, queria chamar a atenção para o perigo público que poderia decorrer de uma derrocada da fachada do edifício em causa. Já anteriormente tinha chamado a atenção para aquela situação, noutro contexto. Ninguém podia garantir que a mesma não pudesse cair de um momento para o outro, o julgando que era imprescindível, e de bom senso, criar-se naquela zona um impedimento de se passar em frente daquela fachada, contornando-a. Até podia nem cair, mas se tal acontecesse podia vir a vitimar muitas pessoas, com a agravante ainda de presentemente ali passar muito trânsito. -----

----- Mais disse que, talvez muitas pessoas nem se apercebessem da situação, mas garantia que aquele edifício estava em perigo de derrocada iminente. Podia aguentar mais um Inverno, pois felizmente, não tem chovido, mas se viesse muita chuva e ventanias podia o edifício derrocar. -----

----- Em sua opinião, devia-se evitar, tão breve quanto possível, a passagem de pessoas em frente daquela fachada. Pensava que deveria haver soluções extremamente fáceis como o caso, de desviar o trânsito por detrás da cadeia velha. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, corroborava da preocupação, mas achava que antes de mais deveriam de ser lestos e, solicitava aos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

serviços, que promovessem a criação de painéis identificativos do perigo e até, por questão de acautelamento das pessoas, que por ali passam, criando condições de informação da perigosidade e, ao mesmo tempo, como o projecto estava em fase de adjudicação, informar e condicionar o trânsito e os peões desde logo, naquelas proximidades. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Que o Director de Departamento do Departamento de Obras e Serviços Urbanos emita um parecer que elucide esta Câmara Municipal, com vista a um possível ou não seguimento do processo no que diz respeito à adjudicação.-----

----- Dois – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4.2. DIVISÃO DE DESPORTO -----

-----1- PISTA DE REMO - CONTRATO-PROGRAMA. -----

----- O Presidente da Câmara informou que, em relação ao presente ponto e na sequência da reunião havida no passado dia dez de Janeiro, em que tinha tido a oportunidade de informar a Câmara, sobre a situação com que tinha sido confrontado na sequência do projecto da Pista de Remo do Centro Náutico de Montemor deixado pelo Executivo anterior que contactou o responsável pela gestão do Programa Desporto, Arquitecto João Paulo Bessa além de uma proposta de Contrato-Programa com o Ministério do Desporto e da Juventude para o citado empreendimento.-----

----- O referido Contrato-Programa aponta para uma comparticipação da obra em cerca de trezentos e dezanove mil contos. O montante total é de um milhão quinhentos e noventa e três mil zero vinte e três euros e trinta e um cêntimos e foi atribuído face a um custo previsto de execução de projecto apresentado anteriormente, no valor de quatro milhões quatrocentos e noventa mil quinhentos e noventa e sete euros e sessenta e seis cêntimos. Esse valor tinha sido considerado legível, apenas em três milhões cento e oitenta e seis mil quarenta e seis euros e sessenta e três cêntimos e não ilegível pelo remanescente um milhão trezentos e quatro mil quinhentos e cinquenta e um euros e três cêntimos.-----

----- Na sequência da apresentação daquele Contrato-Programa, tinha agendado de imediato, uma reunião com o Senhor Ministro do Desporto, que tinha sido extremamente cordial e desde logo se tinha predisposto a recebê-lo. Essa reunião teve lugar no passado dia quinze de Janeiro em Lisboa onde esteve também o Vereador Dr. Pedro Machado, tendo sido abordado com o Senhor Ministro José Lello sobre o assunto em causa. Isto porque, tinha tido a oportunidade de ter tido algumas reuniões de trabalho, quer com o Director de Departamento de Obras, quer com o Fiscal Engenheiro Joaquim Argel, que acompanhava todo aquele processo. Mais disse que pediu um ponto da situação em

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

relação à obra, pelo que passava a referir ali alguns aspectos que julgava pertinentes para que todos tivessem conhecimento e pudessem aferir de facto a dimensão da situação em que o projecto se encontra. -----

----- O valor de adjudicação da primeira fase daquele projecto foi de seiscentos e setenta e dois mil novecentos e setenta e nove contos trezentos e setenta e dois escudos sem IVA. Houve depois custos adicionais da suspensão dos trabalhos motivados pela reclamação e pelas expropriações, que se elevou a vinte mil trezentos e oitenta e um contos trezentos e quarenta e um escudos, sem IVA e estavam previstos trabalhos a mais de acordo com a informação, dos Serviços, e corroborada pelo Fiscal que acompanhava a obra, que ascendia, também sem IVA, a cerca de trezentos e cinquenta mil contos.-----

----- Lembra que houve também um concurso que se elevou a cento e sessenta e três mil contos para vazamento das terras da pista. -----

----- Havia ali desde logo um problema claro, é que aquele valor (trezentos e cinquenta mil contos a ser efectivamente orçamentado não se poderia concretizar do ponto de vista legal, porque ultrapassava os vinte e cinco por cento da adjudicação da obra, portanto teria que ser alvo de uma análise e de um concurso específico.-----

----- Pegando naqueles valores, tinham que, para concluir a primeira fase, um custo global muito próximo de um milhão e duzentos mil contos. Estavam a por de fora daqueles custos, questões que se relacionam ainda com pretensas indemnizações, que estavam em litigioso com a Câmara, por parte de alguns proprietários e rendeiros, pagamentos ao projectista, valor que, se se somar aquelas pretensas indemnizações com os valores ainda em causa e sem grande rigor, estava-se a falar numa primeira fase em um milhão e quinhentos mil contos.-----

----- Conforme se depreendia, o valor que lhe tinha sido apresentado naquele Contrato-Programa, na medida do desporto, trezentos e dezanove mil ficava muito aquém de toda aquela envolvência. Dentro do espírito que tinha ali manifestado e defendido na última reunião, tinha marcado e agendado essa reunião com o Senhor Ministro do Desporto que se efectuou no dia quinze de Janeiro, mas que sumariamente, não lhe tinha trazido novidades nenhuma, em relação aos montantes ali aferidos.-----

----- Tinha-lhe sido referido pelo Senhor Ministro que compreendia e achava que toda a fundamentação apresentada naquela reunião, pelo Município de Montemor era extremamente razoável e importante, mas que por vicissitudes da gestão do quadro comunitário, que estava empenhado com o Euro dois mil e quatro sobretudo na região Centro, com a incapacidade de naquele momento, devido à situação em que se

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

encontrava, em gestão de renegociar todo aquele processo, não lhe poderia acalentar qualquer solução alternativa de reforço naquele montante.-----

----- Informou ainda que, tinha manifestado que era imprescindível que aquela obra se fizesse, mas não podia, nem devia ter uma visão intrinsecamente local, quando tinha manifestado ao Senhor Ministro do Desporto que tinha sido considerado pelo Governo aquela obra de interesse público. Que não eram vinte e seis mil habitantes de um Concelho carenciado em infraestruturas-básicas, em situações que para si, eram essenciais, como uma Piscina Municipal, como um Polo-Industrial, Saneamento Básico, etc., estar a fazer um esforço, que face àqueles valores e estava a falar em cerca de um milhão de contos suportados pelo Município, quando lhe parecia que a projecção, o interesse e a grandeza do próprio projecto que numa primeira fase considerava nacional, mas que se dissesse internacional, não estava a mentir, não fosse suportado pelo erário público isto é, pelo Estado.-----

----- Em detrimento estavam a oferecer ao mesmo País um projecto que deveria ser galvanizado porque tinham condições climatéricas, geográficas, fluviais excelentes, e por causa disso iriam ser sacrificados! -----

----- Considerava que a argumentação do Euro dois mil e quatro, não era de aceitar, pois parecia-lhe que estavam a falar de um projecto que toda a gente conhecia que, iria ter efectivamente um investimento extremamente elevado em capital, e que teria durante o Euro dois mil e quatro, duas, quanto muito três ocasiões de utilização e na melhor das hipóteses quatro ou cinco mil pessoas que utilizam aquele recinto quinzenalmente ao domingo. -----

----- Disse ainda que tratava-se de um projecto que tem um valor acrescido, sobretudo de refinanciamento, em termos da sua utilização e da projecção, que dava a sectores a montante e a jusante porque não estavam só a falar em desporto, estavam a falar em Turismo, em Restauração, em hotelaria, em comércio... Parecia-lhe que ali havia uma visão míope de alguém e disse-o mesmo: ou alguém do Estado tinha metido a cabeça na areia, ou alguém do Executivo anterior se tinha metido em bicos dos pés e não se tinha salvaguardado dentro daquele prisma de visão. Com os condicionalismos que acabava de transmitir e as démarches que estavam em causa, tinha chamado de novo os serviços, para uma reunião e também tornava público, quais foram as suas preocupações e os pedidos e que até Quarta-feira, estava receptivo a ter a resposta por parte dos mesmos de que estavam próximo da execução do projecto.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

----- Naquele momento, havia ainda que sublinhar a contracção de um empréstimo, de quatrocentos mil contos, feitos pelo Executivo anterior, para aquela obra. Estava-se a falar de trezentos e vinte mil contos, que estavam disponibilizados naquele Contrato-Programa, mas o mesmo tinha algumas susceptibilidades, que era necessário terem presentes. Tinham que ser responsáveis para poder apresentar uma obra no fim, totalmente feita devendo ter aquele aspecto em atenção, para poderem decidir sobre a assinatura ou não do Contrato-Programa. -----

----- A perspectiva que o Ex-Presidente da Câmara lhe tinha dado, era que iria confirmar no dia um de Fevereiro, devendo haver receptividade por parte da Secretaria de Estado do Turismo, em participar num montante muito aquém, do que estava ali apresentado pelo Desporto. -----

----- A sua preocupação naquele momento, era que, se eventualmente a Câmara autorizasse trabalhos a mais, na sequência da adjudicação que tinha sido feita, dali a seis meses quando estivesse concluída a obra, o que teria do ponto de vista fundamental, ou seja; a pista em condições de competição, para não colocar em causa toda uma tramitação de eventos, que poderão eles também ser o principal motivo da consequência ou da sequência que teriam que ter para aquele projecto? -----

----- Segundo aqueles dados e queria-os por escrito, não haveria problemas de ter a pista com o nível de água necessário, com os balizamentos, com as bóias, com as amarrações e com as torres de chegada e de partida. Portanto, garantiria a concretização do projecto, enquanto local de competição, ficando um conjunto de preocupações adstritas que naquele momento, não estariam salvaguardadas, logicamente, estava a falar de algum betuminoso, de algumas ligações etc., etc. Contudo seriam ainda necessários no mínimo trabalhos a mais no valor de cento e sessenta mil contos. -----

----- Se não tinha naquele momento, fontes de financiamento e como tinha dito previamente, era esse o cerne da questão, não poderia ir efectuar novos empréstimos, porque estava com um nível de endividamento bastante elevado, dentro do município e ele seria completamente esgotado. -----

----- Aquele, era o cenário, que presentemente tinham, porque neste caso o factor tempo, era o adversário e tinham que tomar uma posição. -----

----- O que também considerava imprescindível, era dar uma renovação total à forma como aquele projecto tinha sido tratado, em termos da assunção exclusiva, por parte do município, de toda aquela responsabilidade. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

----- Pensava que, teriam que ter um partenariado, até porque estavam a falar grosso modo em oitocentos mil contos, de forma directa ou indirecta, que o município acabava por investir naquela primeira fase e já não lhes dava um suporte financeiro que poderiam encarar de uma forma clara e objectiva do ponto de vista da racionalidade da gestão da casa, e ao mesmo tempo, perspectivar num ponto de vista de gestão de todo aquele investimento, envolvendo novos parceiros, sobretudo, não esquecendo que estavam preocupados com a gestão do investimento. Deviam estar desde aquele momento, mais preocupados com a manutenção, preservação e continuidade de todo aquele projecto. Teriam que criar todas as condições para terem um rasgo de gestão de novidade e ao mesmo tempo de defesa dos princípios básicos da gestão municipal em relação àquilo que a população ainda hoje estava carenciada. Pensava que, assim aliviariam o município, e garantiriam uma gestão transparente e equilibrada com outros parceiros, os quais estavam tanto ou mais interessados a Câmara, em que aquele processo se concretizasse, porque havia investidores particulares, que já lhe tinham manifestado o interesse da obra para fins privados.-----

----- O Estado e o "Poder Regional" poderiam ali consubstanciar um efeito positivo de envolvimento e nesse sentido, ele próprio já tinha feito chegar aos Presidentes das Câmaras Municipais de Coimbra, Soure e Figueira da Foz, a necessidade de rapidamente consubstanciarem até ao nível da Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras, uma postura totalmente diferente daquela que tinha sido feita até agora. Isto é, pensava que era naqueles dois vectores que teriam que trabalhar: um primeiro, a curto prazo, para não colocar em causa o projecto, para salvaguardá-lo e alicerçá-lo, mas de uma forma equilibrada, que não perturbasse a gestão municipal em termos dos fundos e dos recursos financeiros. O segundo, reabilitar todo aquele projecto, numa nova filosofia de parceria, que pudesse transferir para uma entidade externa à própria Câmara, toda a prossecução do projecto, a sua concretização nas fases subentendidas e depois na sua administração, gestão e exploração.-----

----- Era dentro daquele contexto que, equacionava e gostaria de ouvir opiniões, mas que lhe parecia que, se não se tivesse um consenso, achava um pouco arriscado, embarcar pura e simplesmente naquele Contrato-Programa, se não tivessem uma filosofia bem clara do processo. Parecia-lhe que erradamente, durante o mandato anterior, tinha havido muita "caixinha" com aquele processo, mas ele tinha que se tornar transparente, tinha que ser "marktizado" porque havia muitas iniciativas, talvez privadas, que se chegariam se tivessem mais conhecimento do objectivo, da divulgação, da profundidade e daquilo que podia ter

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

como valor a jusante, da reprodução de um investimento, que naquele momento estava a ser encarado, pura e simplesmente pela autarquia e que não lhe parecia o mais adequado.-----

----- Mais disse que, gostaria ainda de dizer que, naquela semana iria ter uma reunião, com a Federação Portuguesa de Remo, dado que lhe tinha pedido aquele agendamento julgando que era de todo o interesse trazer ao conhecimento do Executivo, de algumas daquelas matérias, devendo ser tomada uma posição bastante clara e óbvia naquele processo, pois tinham-lhe dado já garantias de que o projecto de Aveiro não foi viabilizado.-

-----Era dentro daquele encontro de preocupações e também de transparência que julgava que eram estratégicos, dois ou três vectores, deixavam desde então, aquele ponto em aberto.-----

-----Seguidamente o Presidente da Câmara, deu conhecimento do teor do Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo no âmbito do QCA III, que tem por objecto a concessão de uma comparticipação financeira, até ao montante global máximo de um milhão quinhentos e noventa e três mil vinte e três euros e trinta e um cêntimos a qual se destina à construção da Pista de Remo/Centro Náutico de Remo (documento anexo à presente acta sob o número sete) -----

-----Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que já tinha referido que parecia-lhe que a estratégia enunciada estava correcta. No entanto, havia, que encontrar outros parceiros estratégicos e já tinha referido em tempos, que o problema daquele projecto era que se fazia uma grande "caixinha" sobre ele, porque sempre lhe tinha parecido, que só havia uma hipótese de terem uma capacidade negocial com um projecto daquela dimensão: era implicarem todos os agentes, que de alguma forma estariam interessados na sua viabilização, não só os agentes oficiais ligados à Autarquia, mas também, os agentes desportivos e daí a Federação Portuguesa de Remo, teve um papel também muito vacilante, porque jogou em todos os caminhos possíveis e imaginários, e ele próprio na devida altura, tinha denunciado a situação, mas para além disso os agentes económicos, que serão na prática aqueles que mais beneficiarão daquele projecto.-----

-----Achava que, em termos da possibilidade de se garantir o plano de água para a realização dos eventos, será certamente o melhor argumento para que no futuro se possa negociar outro tipo de apoios no âmbito dos Quadros Comunitários, ou mesmo até ao nível do PIDAC, etc., porque isso irá demonstrar a viabilidade e o interesse daquele empreendimento.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

----- Às reclamações dos projectistas relativamente a verbas que ainda não tinham sido pagas, pedia que se desse o máximo de atenção, em relação à apreciação dessas reclamações, porque a verdade é que aqueles trabalhos a mais, decorriam de erros de projectos.-----

----- O grande trabalho nessa fase, era precisamente o transporte dos acessos para depósitos fora do perímetro da obra que não estavam acautelados, porque o volume de aterros a transportar, era do género de quarenta para quatrocentos mil e a diferença era aquela e os custos decorrentes disso eram da responsabilidade dos projectistas. Portanto, tinha havido ali, uma falha inadmissível em relação à parte do projecto.-----

----- Por tal facto, a negociação com o Ministério do Desporto, tinha ficado altamente prejudicada, embora tenha havido um parecer da CCR Centro, que autorizava que se fizesse uma adjudicação à parte para esse aspecto. Ou seja, que isso não fosse considerado trabalhos a mais, mas que fosse considerado uma adjudicação directa para isso, no fundo, seria outra empreitada integrada.-----

----- Havia algumas componentes que do seu ponto de vista era preciso trabalhar, no sentido de minimizar esses impasses. -----

----- Iria também fazer chegar ao Senhor Presidente, um documento formal, mas que era um estudo, uma proposta, no sentido de que, algumas das componentes, nomeadamente a montante, dever-se-ia criar condições para a decoração da água, fazer intervenções de carácter ambiental e mesmo na envolvente total existia um estudo prévio feito por dois biólogos, que julgava que poderia ser um bom instrumento à partida, para canalizar a possibilidade de que algumas dessas intervenções pudessem vir a ser apoiadas pelo Ministério do Ambiente ou pelos Programas Comunitários na área do ambiente.-----

----- Por outro lado, a questão de encontrar soluções, estavam também previstas algumas hipóteses, para a criação de uma entidade gestora da própria obra. -----

----- Em síntese, queria dizer que da parte da sua bancada iria haver toda a colaboração possível, porque não havia dúvida e voltava a referir isso, era importante que se dissesse que aquilo que não tinha corrido bem e que, apesar das coisas não terem corrido bem, e ter havido algum absentismo naquele processo, hoje nem sequer se estaria a falar no assunto. -----

----- Julgava que o esforço devia estar cometido a todos, de viabilizar aquilo e de apresentar contributos, pois achava que Montemor iria ganhar, efectivamente com esta obra, apesar do embaraço que naquele momento podia estar a trazer. Também denunciava que a política que era importante para Portugal era o Euro dois mil e quatro,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

porque era muito fugaz, era tudo muito efémere e iria dar um esforço ao País que se iria pagar durante os próximos anos, grandemente. -----

-----Seguidamente interveio o Vereador Emidio Fidalgo, para dizer que, reforçava as palavras proferidas pelo Vereador Victor Camarneiro, nomeadamente num aspecto que lhe parecia extremamente importante, que era a questão que o Presidente da Câmara tinha acabado de referir, ou seja, o facto de já ter sido contactado pelos projectistas e naquela questão e fazendo fé naquilo que o Vereador Victor Camarneiro tinha dito, tudo devia de ser muito bem analisado, não só naquele projecto da Pista, como também nos outros projectos futuros, porque muitas vezes os custos acrescidos vêm decorrentes do projecto e nunca ninguém responsabiliza quem quer que seja nessa matéria. -----

-----Acabava-se no fundo por se tornarem alheios àquelas situações e a Câmara acabava por ser sempre a entidade penalizadora, para além de criar alguns comportamentos menos claros na questão do desenvolvimento e incompatibilidade da obra, etc. -----

-----Por outro lado, pensava que a política que tinha sido exposta ali para aquele projecto, devia ser seguida da forma como tinha sido enunciada, com o máximo de transparência e estavam de acordo com isso, e iriam envolver-se seriamente naquela matéria. -----

-----Após estes considerandos, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a assinatura do referido Contrato-Programa. -----

----- 4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE -----

-----ENCERRAMENTO-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, doze horas e quinze minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr^a.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----
----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----
----- 1- PISTA DE REMO - CONTRATO-PROGRAMA. -----

-----O Presidente da Câmara informou que, em relação ao presente ponto e na sequência da reunião havida no passado dia dez de Janeiro, em que tinha tido a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

oportunidade de informar a Câmara, sobre a situação com que tinha sido confrontado na sequência do projecto da Pista de Remo do Centro Náutico de Montemor deixado pelo Executivo anterior que contactou o responsável pela gestão do Programa Desporto, Arquitecto João Paulo Bessa além de uma proposta de Contrato-Programa com o Ministério do Desporto e da Juventude para o citado empreendimento.-----

----- O referido Contrato-Programa aponta para uma comparticipação da obra em cerca de trezentos e dezanove mil contos. O montante total é de um milhão quinhentos e noventa e três mil zero vinte e três euros e trinta e um cêntimos e foi atribuído face a um custo previsto de execução de projecto apresentado anteriormente, no valor de quatro milhões quatrocentos e noventa mil quinhentos e noventa e sete euros e sessenta e seis cêntimos. Esse valor tinha sido considerado legível, apenas em três milhões cento e oitenta e seis mil quarenta e seis euros e sessenta e três cêntimos e não ilegível pelo remanescente um milhão trezentos e quatro mil quinhentos e cinquenta e um euros e três cêntimos.-----

----- Na sequência da apresentação daquele Contrato-Programa, tinha agendado de imediato, uma reunião com o Senhor Ministro do Desporto, que tinha sido extremamente cordial e desde logo se tinha predisposto a recebê-lo. Essa reunião teve lugar no passado dia quinze de Janeiro em Lisboa onde esteve também o Vereador Dr. Pedro Machado, tendo sido abordado com o Senhor Ministro José Lello sobre o assunto em causa. Isto porque, tinha tido a oportunidade de ter tido algumas reuniões de trabalho, quer com o Director de Departamento de Obras, quer com o Fiscal Engenheiro Joaquim Argel, que acompanhava todo aquele processo. Mais disse que pediu um ponto da situação em relação à obra, pelo que passava a referir ali alguns aspectos que julgava pertinentes para que todos tivessem conhecimento e pudessem aferir de facto a dimensão da situação em que o projecto se encontra. -----

----- O valor de adjudicação da primeira fase daquele projecto foi de seiscentos e setenta e dois mil novecentos e setenta e nove contos trezentos e setenta e dois escudos sem IVA. Houve depois custos adicionais da suspensão dos trabalhos motivados pela reclamação e pelas expropriações, que se elevou a vinte mil trezentos e oitenta e um contos trezentos e quarenta e um escudos, sem IVA e estavam previstos trabalhos a mais de acordo com a informação, dos Serviços, e corroborada pelo Fiscal que acompanhava a obra, que ascendia, também sem IVA, a cerca de trezentos e cinquenta mil contos. -----

----- Lembra que houve também um concurso que se elevou a cento e sessenta e três mil contos para vazamento das terras da pista. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

----- Havia ali desde logo um problema claro, é que aquele valor (trezentos e cinquenta mil contos a ser efectivamente orçamentado não se poderia concretizar do ponto de vista legal, porque ultrapassava os vinte e cinco por cento da adjudicação da obra, portanto teria que ser alvo de uma análise e de um concurso específico.-----

----- Pegando naqueles valores, tinham que, para concluir a primeira fase, um custo global muito próximo de um milhão e duzentos mil contos. Estavam a por de fora daqueles custos, questões que se relacionam ainda com pretensas indemnizações, que estavam em litigioso com a Câmara, por parte de alguns proprietários e rendeiros, pagamentos ao projectista, valor que, se se somar aquelas pretensas indemnizações com os valores ainda em causa e sem grande rigor, estava-se a falar numa primeira fase em um milhão e quinhentos mil contos.-----

----- Conforme se depreendia, o valor que lhe tinha sido apresentado naquele Contrato-Programa, na medida do desporto, trezentos e dezanove mil ficava muito aquém de toda aquela envolvimento. Dentro do espírito que tinha ali manifestado e defendido na última reunião, tinha marcado e agendado essa reunião com o Senhor Ministro do Desporto que se efectuou no dia quinze de Janeiro, mas que sumariamente, não lhe tinha trazido novidades nenhuma, em relação aos montantes ali aferidos.-----

----- Tinha-lhe sido referido pelo Senhor Ministro que compreendia e achava que toda a fundamentação apresentada naquela reunião, pelo Município de Montemor era extremamente razoável e importante, mas que por vicissitudes da gestão do quadro comunitário, que estava empenhado com o Euro dois mil e quatro sobretudo na região Centro, com a incapacidade de naquele momento, devido à situação em que se encontrava, em gestão de renegociar todo aquele processo, não lhe poderia acalantar qualquer solução alternativa de reforço naquele montante.-----

----- Informou ainda que, tinha manifestado que era imprescindível que aquela obra se fizesse, mas não podia, nem devia ter uma visão intrinsecamente local, quando tinha manifestado ao Senhor Ministro do Desporto que tinha sido considerado pelo Governo aquela obra de interesse público. Que não eram vinte e seis mil habitantes de um Concelho carenciado em infraestruturas-básicas, em situações que para si, eram essenciais, como uma Piscina Municipal, como um Polo-Industrial, Saneamento Básico, etc., estar a fazer um esforço, que face àqueles valores e estava a falar em cerca de um milhão de contos suportados pelo Município, quando lhe parecia que a projecção, o interesse e a grandeza do próprio projecto que numa primeira fase considerava nacional, mas que se dissesse

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

internacional, não estava a mentir, não fosse suportado pelo erário público isto é, pelo Estado.-----

----- Em detrimento estavam a oferecer ao mesmo País um projecto que deveria ser galvanizado porque tinham condições climatéricas, geográficas, fluviais excelentes, e por causa disso iriam ser sacrificados! -----

----- Considerava que a argumentação do Euro dois mil e quatro, não era de aceitar, pois parecia-lhe que estavam a falar de um projecto que toda a gente conhecia que, iria ter efectivamente um investimento extremamente elevado em capital, e que teria durante o Euro dois mil e quatro, duas, quanto muito três ocasiões de utilização e na melhor das hipóteses quatro ou cinco mil pessoas que utilizam aquele recinto quinzenalmente ao domingo. -----

----- Disse ainda que tratava-se de um projecto que tem um valor acrescido, sobretudo de refinanciamento, em termos da sua utilização e da projecção, que dava a sectores a montante e a jusante porque não estavam só a falar em desporto, estavam a falar em Turismo, em Restauração, em hotelaria, em comércio... Parecia-lhe que ali havia uma visão miope de alguém e disse-o mesmo: ou alguém do Estado tinha metido a cabeça na areia, ou alguém do Executivo anterior se tinha metido em bicos dos pés e não se tinha salvaguardado dentro daquele prisma de visão. Com os condicionalismos que acabava de transmitir e as démarches que estavam em causa, tinha chamado de novo os serviços, para uma reunião e também tornava público, quais foram as suas preocupações e os pedidos e que até Quarta-feira, estava receptivo a ter a resposta por parte dos mesmos de que estavam próximo da execução do projecto.-----

----- Naquele momento, havia ainda que sublinhar a contracção de um empréstimo, de quatrocentos mil contos, feitos pelo Executivo anterior, para aquela obra. Estava-se a falar de trezentos e vinte mil contos, que estavam disponibilizados naquele Contrato-Programa, mas o mesmo tinha algumas susceptibilidades, que era necessário terem presentes. Tinham que ser responsáveis para poder apresentar uma obra no fim, totalmente feita devendo ter aquele aspecto em atenção, para poderem decidir sobre a assinatura ou não do Contrato-Programa. -----

----- A perspectiva que o Ex-Presidente da Câmara lhe tinha dado, era que iria confirmar no dia um de Fevereiro, devendo haver receptividade por parte da Secretaria de Estado do Turismo, em participar num montante muito aquém, do que estava ali apresentado pelo Desporto. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

-----A sua preocupação naquele momento, era que, se eventualmente a Câmara autorizasse trabalhos a mais , na sequência da adjudicação que tinha sido feita, dali a seis meses quando estivesse concluída a obra, o que teria do ponto de vista fundamental, ou seja; a pista em condições de competição, para não colocar em causa toda uma tramitação de eventos, que poderão eles também ser o principal motivo da consequência ou da sequência que teriam que ter para aquele projecto? -----

-----Segundo aqueles dados e queria-os por escrito, não haveria problemas de ter a pista com o nível de água necessário, com os balizamentos, com as bóias, com as amarrações e com as torres de chegada e de partida. Portanto, garantiria a concretização do projecto, enquanto local de competição, ficando um conjunto de preocupações adstritas que naquele momento, não estariam salvaguardadas, logicamente, estava a falar de algum betuminoso, de algumas ligações etc., etc. Contudo seriam ainda necessários no mínimo trabalhos a mais no valor de cento e sessenta mil contos. -----

-----Se não tinha naquele momento, fontes de financiamento e como tinha dito previamente, era esse o cerne da questão, não poderia ir efectuar novos empréstimos, porque estava com um nível de endividamento bastante elevado, dentro do município e ele seria completamente esgotado. -----

-----Aquele, era o cenário, que presentemente tinham, porque neste caso o factor tempo, era o adversário e tinham que tomar uma posição. -----

-----O que também considerava imprescindível, era dar uma renovação total à forma como aquele projecto tinha sido tratado, em termos da assunção exclusiva, por parte do município, de toda aquela responsabilidade. -----

-----Pensava que, teriam que ter um parteneriado, até porque estavam a falar grosso modo em oitocentos mil contos, de forma directa ou indirecta, que o município acabava por investir naquela primeira fase e já não lhes dava um suporte financeiro que poderiam encarar de uma forma clara e objectiva do ponto de vista da racionalidade da gestão da casa, e ao mesmo tempo, perspectivar num ponto de vista de gestão de todo aquele investimento, envolvendo novos parceiros, sobretudo, não esquecendo que estavam preocupados com a gestão do investimento. Deviam estar desde aquele momento, mais preocupados com a manutenção, preservação e continuidade de todo aquele projecto. Teriam que criar todas as condições para terem um rasgo de gestão de novidade e ao mesmo tempo de defesa dos princípios básicos da gestão municipal em relação àquilo que a população ainda hoje estava carenciada. Pensava que, assim aliviariam o município, e garantiriam uma gestão transparente e equilibrada com outros parceiros, os quais estavam

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

tanto ou mais interessados a Câmara, em que aquele processo se concretizasse, porque havia investidores particulares, que já lhe tinham manifestado o interesse da obra para fins privados. -----

----- O Estado e o "Poder Regional" poderiam ali consubstanciar um efeito positivo de envolvimento e nesse sentido, ele próprio já tinha feito chegar aos Presidentes das Câmara Municipais de Coimbra, Soure e Figueira da Foz, a necessidade de rapidamente consubstanciarem até ao nível da Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras, uma postura totalmente diferente daquela que tinha sido feita até agora. Isto é, pensava que era naqueles dois vectores que teriam que trabalhar: um primeiro, a curto prazo, para não colocar em causa o projecto, para salvaguardá-lo e alicerçá-lo, mas de uma forma equilibrada, que não perturbasse a gestão municipal em termos dos fundos e dos recursos financeiros. O segundo, reabilitar todo aquele projecto, numa nova filosofia de parceria, que pudesse transferir para uma entidade externa à própria Câmara, toda a prossecução do projecto, a sua concretização nas fases subentendidas e depois na sua administração, gestão e exploração. -----

----- Era dentro daquele contexto que, equacionava e gostaria de ouvir opiniões, mas que lhe parecia que, se não se tivesse um consenso, achava um pouco arriscado, embarcar pura e simplesmente naquele Contrato-Programa, se não tivessem uma filosofia bem clara do processo. Parecia-lhe que erradamente, durante o mandato anterior, tinha havido muita "caixinha" com aquele processo, mas ele tinha que se tornar transparente, tinha que ser "marktizado" porque havia muitas iniciativas, talvez privadas, que se chegariam se tivessem mais conhecimento do objectivo, da divulgação, da profundidade e daquilo que podia ter como valor a jusante, da reprodução de um investimento, que naquele momento estava a ser encarado, pura e simplesmente pela autarquia e que não lhe parecia o mais adequado. -----

----- Mais disse que, gostaria ainda de dizer que, naquela semana iria ter uma reunião, com a Federação Portuguesa de Remo, dado que lhe tinha pedido aquele agendamento julgando que era de todo o interesse trazer ao conhecimento do Executivo, de algumas daquelas matérias, devendo ser tomada uma posição bastante clara e óbvia naquele processo, pois tinham-lhe dado já garantias de que o projecto de Aveiro não foi viabilizado.

----- Era dentro daquele encontro de preocupações e também de transparência que julgava que eram estratégicos, dois ou três vectores, deixavam desde então, aquele ponto em aberto. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

-----Seguidamente o Presidente da Câmara, deu conhecimento do teor do Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo no âmbito do QCA III, que tem por objecto a concessão de uma comparticipação financeira, até ao montante global máximo de um milhão quinhentos e noventa e três mil vinte e três euros e trinta e um cêntimos a qual se destina à construção da Pista de Remo/Centro Náutico de Remo (documento anexo à presente acta sob o número sete) -----

-----Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro, dizendo que já tinha referido que parecia-lhe que a estratégia enunciada estava correcta. No entanto, havia, que encontrar outros parceiros estratégicos e já tinha referido em tempos, que o problema daquele projecto era que se fazia uma grande "caixinha" sobre ele, porque sempre lhe tinha parecido, que só havia uma hipótese de terem uma capacidade negocial com um projecto daquela dimensão: era implicarem todos os agentes, que de alguma forma estariam interessados na sua viabilização, não só os agentes oficiais ligados à Autarquia, mas também, os agentes desportivos e daí a Federação Portuguesa de Remo, teve um papel também muito vacilante, porque jogou em todos os caminhos possíveis e imaginários, e ele próprio na devida altura, tinha denunciado a situação, mas para além disso os agentes económicos, que serão na prática aqueles que mais beneficiarão daquele projecto. -----

-----Achava que, em termos da possibilidade de se garantir o plano de água para a realização dos eventos, será certamente o melhor argumento para que no futuro se possa negociar outro tipo de apoios no âmbito dos Quadros Comunitários, ou mesmo até ao nível do PIDAC, etc., porque isso irá demonstrar a viabilidade e o interesse daquele empreendimento.-----

-----Às reclamações dos projectistas relativamente a verbas que ainda não tinham sido pagas, pedia que se desse o máximo de atenção, em relação à apreciação dessas reclamações, porque a verdade é que aqueles trabalhos a mais, decorriam de erros de projectos. -----

-----O grande trabalho nessa fase, era precisamente o transporte dos acessos para depósitos fora do perímetro da obra que não estavam acautelados, porque o volume de aterros a transportar, era do género de quarenta para quatrocentos mil e a diferença era aquela e os custos decorrentes disso eram da responsabilidade dos projectistas. Portanto, tinha havido ali, uma falha inadmissível em relação à parte do projecto. -----

-----Por tal facto, a negociação com o Ministério do Desporto, tinha ficado altamente prejudicada, embora tenha havido um parecer da CCR Centro, que autorizava que se

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

fizesse uma adjudicação à parte para esse aspecto. Ou seja, que isso não fosse considerado trabalhos a mais, mas que fosse considerado uma adjudicação directa para isso, no fundo, seria outra empreitada integrada.-----

----- Havia algumas componentes que do seu ponto de vista era preciso trabalhar, no sentido de minimizar esses impasses. -----

----- Iria também fazer chegar ao Senhor Presidente, um documento formal, mas que era um estudo, uma proposta, no sentido de que, algumas das componentes, nomeadamente a montante, dever-se-ia criar condições para a decoração da água, fazer intervenções de carácter ambiental e mesmo na envolvente total existia um estudo prévio feito por dois biólogos, que julgava que poderia ser um bom instrumento à partida, para canalizar a possibilidade de que algumas dessas intervenções pudessem vir a ser apoiadas pelo Ministério do Ambiente ou pelos Programas Comunitários na área do ambiente.-----

----- Por outro lado, a questão de encontrar soluções, estavam também previstas algumas hipóteses, para a criação de uma entidade gestora da própria obra. -----

----- Em síntese, queria dizer que da parte da sua bancada iria haver toda a colaboração possível, porque não havia dúvida e voltava a referir isso, era importante que se dissesse que aquilo que não tinha corrido bem e que, apesar das coisas não terem corrido bem, e ter havido algum absentismo naquele processo, hoje nem sequer se estaria a falar no assunto. -----

----- Julgava que o esforço devia estar cometido a todos, de viabilizar aquilo e de apresentar contributos, pois achava que Montemor iria ganhar, efectivamente com esta obra, apesar do embaraço que naquele momento podia estar a trazer. Também denunciava que a política que era importante para Portugal era o Euro dois mil e quatro, porque era muito fugaz, era tudo muito efémere e iria dar um esforço ao País que se iria pagar durante os próximos anos, grandemente.-----

----- Seguidamente interveio o Vereador Emidio Fidalgo, para dizer que, reforçava as palavras proferidas pelo Vereador Victor Camarneiro, nomeadamente num aspecto que lhe parecia extremamente importante, que era a questão que o Presidente da Câmara tinha acabado de referir, ou seja, o facto de já ter sido contactado pelos projectistas e naquela questão e fazendo fé naquilo que o Vereador Victor Camarneiro tinha dito, tudo devia de ser muito bem analisado, não só naquele projecto da Pista, como também nos outros projectos futuros, porque muitas vezes os custos acrescidos vêm decorrentes do projecto e nunca ninguém responsabiliza quem quer que seja nessa matéria.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21

-----Acabava-se no fundo por se tornarem alheios àquelas situações e a Câmara acabava por ser sempre a entidade penalizadora, para além de criar alguns comportamentos menos claros na questão do desenvolvimento e incompatibilidade da obra, etc. -----

-----Por outro lado, pensava que a política que tinha sido exposta ali para aquele projecto, devia ser seguida da forma como tinha sido enunciada, com o máximo de transparência e estavam de acordo com isso, e iriam envolver-se seriamente naquela matéria. -----

-----Após estes considerandos, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a assinatura do referido Contrato-Programa. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião Extraordinária de 2002 de Janeiro de 21